

O quadro fica mais negro para Richa

PARANÁ Maurício Fanini afirma ter recebido um cala-boca a mando do governador

POR RENÉ RUSCHEL

O governador do Paraná, Beto Richa, saudado pelo senador Aécio Neves como “o mais completo administrador e homem público da nossa geração”, vê-se novamente envolvido em denúncias de corrupção. Desta vez, a trama envolve um ex-aliado, Maurício Fanini, amigo de festas e companheiro de viagens ao exterior, preso desde setembro no âmbito da Operação Quadro Negro, que apura desvios de mais de 20 milhões de reais na construção de escolas estaduais.

Em proposta de delação premiada encaminhada à Procuradoria-Geral da República após ser demitido de um cargo no governo estadual, Fanini declara ter recebido 12 mil reais por mês para não envolver o governador no escândalo. O pagamento regular sairia do bolso do empresário Teodósio Jorge Atherino, o “Grego”, por ordem direta de Richa. Além do “mensalinho”, o delator enumera gastos de viagens no exterior pagos por empresários que têm contratos com o governo. A Procuradoria-Geral ainda não se posicionou sobre a proposta.

Denúncias de propinas para financiar viagens de Richa ao exterior não são novidades. O empresário Eduardo Lopes de Souza, dono da Construtora Valor, havia declarado em sua delação homologada pelo ministro Luiz Fux, do Supremo

Tribunal Federal, e que tramita em segredo no Superior Tribunal de Justiça, ter repassado 20 mil dólares em espécie a Fanini para custear parte da “viagem da vitória” do tucano a Miami e ao Caribe, em novembro de 2014, após a reeleição. Naquela época, Richa, ainda segundo Souza, ganhou de presente um relógio Rolex.

Por meio da assessoria de imprensa, o tucano nega as acusações do amigo. Declarou nunca ter autorizado ninguém “a fazer pagamentos em seu nome”. Em relação a Fanini, afirmou: “Assim que houve suspeitas de irregularidades envolvendo o servidor, foram exonerados os suspeitos e deflagradas medidas administrativas e judiciais para apurar responsabilidades pelos ilícitos praticados”. Richa concluiu que “o Poder Executivo, por determinação do governador, promoveu todas as ações de responsabilização de servidores antecedentes e concomitantes à Quadro Negro,

A mesada de 12 mil reais, paga por um empresário, manteria o silêncio do amigo do tucano



sempre subsidiando os órgãos públicos”.

Os fatos são, no entanto, inegáveis. Desde a chegada de Richa ao governo paranaense, o empresário Grego transita pelos bastidores do poder. Amigo de Richa, Atherino foi citado na Operação Lava Jato por conta da doação de 2,5 milhões de reais da Odebrecht à campanha do tucano. Segundo Benedicto Júnior, ex-executivo da empreiteira, o empresário intermediou o pagamento da contribuição. Teria, inclusive, sugerido a senha e o local para a entrega do dinheiro. Os recursos viriam do superfaturamento da Parceria Público-Privada destinada à recuperação e à pavimentação da estrada PR-323, entre os municípios de Maringá e Francisco Alves, no noroeste paranaense.

O relacionamento extrapola a política. Em 2015, investigações do Grupo de

REPRODUÇÃO E JONATHAN CAMPOS/GAZETA DO POVO



Eu conheci o Deputado **PLAUTO MIRÓ** desde a época do esquema de Bituruna/PR, quando eu comecei a frequentar bastante o prédio da Assembleia. Nesse período da campanha de 2014 a **VALOR** participou de uma licitação para construção da Escola Francisco Pires Machado, no bairro Cará-Cará, na cidade de Ponta Grossa/PR. Cerca de sessenta dias antes da licitação o **EDUARDO PAIM** comentou comigo que tinha falado sobre mim e sobre a **VALOR** com o Deputado **PLAUTO** e sugeriu que eu procurasse o

Viagem da vitória.

Fanini e Richa em tour pelo Caribe após a reeleição do tucano. Acima, uma escola nunca concluída e que gerou propina para a campanha

Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado no Paraná desencadeou a Operação Superaguai, para investigar fraudes em uma licença ambiental concedida à empresa Green Logística, em Paranaguá, de propriedade de Atherino. O Ministério Público apurou que a empresa teve como sócia a BFMAR, cujos acionistas seriam Richa, sua esposa, Fernanda, além dos filhos Marcelo, André e Rodrigo.

A sigla BFMAR, dizem os procuradores, seria um acrônimo dos nomes do núcleo familiar do governador (Beto, Fernanda, Marcelo, André e Rodrigo). Richa, mais uma vez, negou qualquer envolvimento com o delito. Em março deste ano, a ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça, aceitou

a denúncia e autorizou a abertura do inquérito que tramita em segredo de Justiça. É o segundo processo em curso no STJ contra o tucano. No ano passado, o ministro João Antonio Noronha autorizou a investigação da denúncia de seu envolvimento na Operação Publicano, esquema de corrupção na Receita Estadual que teria desviado cerca de 5 milhões de reais para a campanha à reeleição.

A Quadro Negro, inicialmente centrada na Construtora Valor, incluiu ao longo do tempo outras 13 empresas em seu leque de apuração e ampliou as investigações para mais 18 escolas. Em Ponta Grossa, a 100 quilômetros de Curitiba, apura-se o desvio de mais 4,7 milhões de reais na construção de um prédio com 3,6 mil metros quadrados, em dois pavimentos, que abrigaria 16 salas de aula, laboratórios de

ciência e informática para atender cerca de mil alunos. A obra está paralisada desde 2015. O convênio, firmado na gestão do então prefeito tucano Pedro Wosgrau Filho, é uma parceria entre a Secretaria Estadual de Educação e o município.

O deputado estadual demista Plauto Miró, apontam os investigadores, interferiu no modelo do convênio e teria recebido propina do esquema, segundo a declaração de Souza. Além do prejuízo aos cofres públicos, dezenas de operários perderam o emprego e até hoje não receberam seus direitos trabalhistas.

Há menos de um ano das eleições, Richa faz suspense sobre seu futuro político. Envolvido em uma série de denúncias de corrupção, deixará como símbolo de sua gestão a violência perpetrada contra os professores estaduais na batalha campal de abril de 2015. Adversários e aliados acreditam que sua opção será a disputa por uma vaga no Senado. Eleito, o tucano poderia desfrutar de foro privilegiado nos próximos oito anos. Resta saber se os eleitores paranaenses lhe darão o salvo-conduto. ●

